

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0382 – 18/11 à 22/11/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Confira a pauta de julgamentos do Pleno do TST na próxima segunda-feira \(25\)](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/11/2024

O Tribunal Superior do Trabalho realiza, na próxima segunda-feira (25), a partir das 13h30, sessão do Tribunal Pleno com diversos processos que servirão de precedentes para casos semelhantes em todas as instâncias da Justiça do Trabalho. A pauta segue o caminho proposto pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga ao tomar posse na Presidência do TST, em outubro, de fortalecer a cultura de precedentes, a fim de dar maior eficácia nacional aos temas já pacificados e promover a segurança, a celeridade e a efetividade dos julgamentos da Justiça do Trabalho.

A sessão terá [transmissão ao vivo pelo canal do TST no YouTube](#).

Confira, abaixo, os principais processos em pauta e os temas tratados em cada um:

- Gratuidade da justiça ([Tema 21](#));
- Aplicação temporal da Reforma Trabalhista ([Tema 23](#));
- Acordo de compensação de jornada ([Tema 19](#)); e
- Estabilidade da gestante em contrato temporário ([Tema 2](#)).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF vai decidir se gestação de alto risco dispensa carência para concessão de auxílio-doença](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/11/2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se a gestação de alto risco dá às gestantes o direito de receber auxílio-doença do INSS mesmo que não tenham concluído o período de carência de um ano. A questão será debatida no recurso Extraordinário (RE) 1455046, que teve repercussão geral reconhecida no Plenário Virtual (Temas 1353). Ainda não há data definida para o julgamento do mérito.

[Consciência Negra: decisões do STF contribuem para combater o racismo e promover a equidade racial](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/11/2024

Importante marco para a reflexão sobre os avanços e os próximos passos para erradicar do país qualquer forma de discriminação racial, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, passou, este ano, a integrar o calendário nacional de feriados. A lei que torna o feriado nacional foi sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023. A data faz referência à morte do líder do Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência negra contra a escravidão no Brasil.

[Gravação telefônica com más referências de vendedora é prova válida contra empregador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/11/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou válida a gravação de uma ligação telefônica apresentada por uma vendedora para pedir indenização por dano pós-contratual à Delta Administradora e Corretora de Seguros Ltda., de Cuiabá

(MT). Na gravação, o ex-empregador dava informações negativas sobre a trabalhadora a uma pessoa supostamente interessada em contratá-la. A decisão segue o entendimento do TST sobre a validade desse tipo de prova quando a ligação é gravada sem conhecimento do outro interlocutor.

[Mantida justa causa de dependente químico que recusou tratamento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/11/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou o recurso de um agente de operação de São Paulo (SP) de uma empresa ferroviária que pretendia reverter sua dispensa por justa causa. Dependente químico, ele afirmava que a dispensa foi discriminatória, mas ficou demonstrado que ele recusou tratamento para a doença.

[TST regulamenta plantão judiciário em feriados e fins de semana](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2024

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, editou um ato que regulamenta os plantões judiciários nos dias em que não houver expediente. A medida leva em conta que a atividade da Justiça é ininterrupta, de acordo com a Constituição da República, exigindo disponibilidade permanente dos órgãos do Poder Judiciário para a salvaguarda de direitos e garantias fundamentais.

[Dia da Consciência Negra: orgulho da negritude](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2024

Em 20 de novembro, o Brasil celebra o Dia da Consciência Negra, que relembra a morte de Zumbi dos Palmares e que, desde o fim de 2023, passou a ser feriado nacional. A data não apenas homenageia Zumbi, mas também é uma oportunidade para refletirmos sobre a luta histórica do povo negro por igualdade, respeito e reconhecimento de sua contribuição para a formação cultural, econômica e social do país.

[Motorista não consegue desfazer acordo que deu quitação total a contrato de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do TST rejeitou o pedido de um motorista de Cajazeiras (BA) para anular um acordo extrajudicial homologado com a Escrita Comércio e Serviços Ltda. que deu quitação total do contrato de trabalho. Ele disse ter sido coagido a aceitar o acordo e que sua advogada fez conluio com a empresa. Mas, segundo o colegiado, essas alegações não foram comprovadas.

[Esposa será indenizada por acidente que deixou eletricista paraplégico](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/11/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso de um eletricista e de sua esposa e aumentou o valor das indenizações por dano extrapatrimonial que receberão de uma empresa de telefonia em razão do acidente de trabalho ocorrido com o trabalhador, que o deixou com graves sequelas.

[Preposto não vai a audiência alegando forte chuva em Salvador, e banco é condenado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/11/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Banco Fibra S.A., que pretendia anular uma condenação à revelia porque seu representante (preposto) não compareceu à audiência em uma reclamação trabalhista, alegando que ficou impossibilitado de se locomover devido às fortes chuvas que caíam em Salvador (BA) naquele dia. A decisão que negou a anulação da sentença e manteve a revelia considerou que a justificativa apresentada não representou motivo relevante para a ausência.

[Primeira Seção cancela a Súmula 222](#)

Superior Tribunal de Justiça - 21/11/2024

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu cancelar a Súmula 222, que previa a competência da Justiça comum para julgar as ações relativas à contribuição sindical estabelecida no artigo 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A proposta de cancelamento foi apresentada pelo ministro Gurgel de Faria. Ele comentou que, após a edição da súmula, modificações introduzidas na Constituição Federal – e, por consequência, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) – geraram insegurança jurídica em relação à Justiça competente para o julgamento de casos relacionados à contribuição sindical.

Notícias do Executivo

[MTE disponibiliza E-book sobre Negociação e Mediação Coletiva para entidades sindicais de trabalhadores e empregadores](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/11/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Relações do Trabalho, lançou, durante a semana Nacional de Negociação Coletiva que ocorreu de 11 a 14 de novembro, o livro digital [Negociação e Mediação Coletiva Trabalhista – Consolidação da Legislação Aplicável](#), que reúne as principais normas nacionais e internacionais sobre negociação coletiva. A publicação, disponível gratuitamente no site do MTE, foi concebida para fortalecer o diálogo social, oferecendo às entidades sindicais de trabalhadores e empregadores uma ferramenta prática para compreender e aplicar a legislação vigente no Brasil.

[O que é um EPI e como ele é certificado pelo Ministério do Trabalho e Emprego?](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 21/11/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST) da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), é responsável por certificar e validar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Equipamentos sem o Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo MTE não podem ser classificados como EPIs, mesmo que sejam comercializados ou utilizados com essa finalidade. Para que um equipamento seja considerado EPI, ele deve atender aos requisitos da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) e da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021.

[Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2024

esta quarta-feira (20/11), comemoraremos o Dia da Consciência Negra. Pela primeira vez, a data será celebrada como feriado nacional, medida que foi sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2023. Anteriormente, a data era comemorada em alguns municípios e estados. O Dia, que remete ao marco da morte do líder do Quilombo dos Palmares - um dos maiores lutadores contra a escravização negra no país, é um momento para refletir sobre o árduo caminho que ainda precisamos percorrer em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

[Economia Popular e Solidária ganha destaque na declaração final do G20 Social](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2024

A economia popular e solidária foi mencionada pela primeira vez na Declaração Final do G20 Social, realizado entre 14 e 16 de novembro, no Rio de Janeiro. O documento, entregue ao presidente Lula, será encaminhado à Cúpula de Líderes do G20, que começou hoje (18) na mesma cidade. Citada no eixo “Combate à fome, à pobreza e à desigualdade”, a economia popular e solidária é destacada como fundamental para o trabalho decente e a superação de desigualdades. A declaração enfatiza a importância da formalização do mercado de trabalho e defende economias inclusivas, cooperativas e contra-hegemônicas, incluindo cozinhas solidárias e o reconhecimento da economia do cuidado.

[Superintendência do Trabalho em Minas promove debate sobre egressos do sistema prisional no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2024

No último dia 12 de novembro, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais promoveu um encontro com diversas instituições do estado para debater a reinserção de egressos do sistema prisional no mercado formal de trabalho. O evento reuniu empresários, representantes de entidades de classe, associações, familiares e os próprios egressos, buscando soluções para a inclusão dessa mão de obra no mercado.

[Nota técnica da Fundacentro defende valor de referência tecnológico para benzeno](#)

Fundacentro - 19/11/2024

Fundacentro produziu uma nota técnica para defender o Valor de Referência Tecnológico (VRT) para benzeno, agente genotóxico reconhecidamente cancerígeno pela Agência de Internacional de Pesquisa em Câncer, da Organização Mundial da Saúde (IARC – OMS). O documento foi enviado ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Acordo reforça prevenção a doenças e acidentes relacionados ao trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/11/2024

Um acordo de cooperação firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Associação Brasileira de Ergonomia (Abergo) vai fortalecer ações de prevenção a doenças e acidentes relacionados ao trabalho. O documento foi assinado em 20 de novembro, durante o XXIV Congresso Brasileiro de Ergonomia e Fatores Humanos, realizado em Goiânia.

[MPT alerta que municípios que 'escondem' acidentes de trabalho podem ser punidos e perder recursos](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/11/2024

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) está alertando que municípios que 'escondem' ou 'omitem' acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho serão punidos e poderão perder recursos públicos da Saúde. O procurador do Trabalho Marcos Antonio Ferreira Almeida deu um prazo de 10 dias para gestores de 'municípios silenciosos' regularizarem a situação e apresentarem ao MPT um relatório comprovando a inclusão dos dados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

[Palestra destaca importância da Aprendizagem Profissional](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/11/2024

As transformações e desafios do setor de serviços foram temas discutidos durante

esta terça-feira (19), em evento que reuniu sindicatos, empresários e profissionais da área, em Aracaju. O procurador do Trabalho Raymundo Ribeiro foi um dos convidados pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (Seac/SE) para palestrar no encontro.

[Seminário promove debate sobre liberdade sindical](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/11/2024

O Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), por meio da Coordenação Regional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), promoverá, no próximo dia 28, quinta-feira, o seminário “Aspectos da Liberdade Sindical”. O evento é virtual e será transmitido pelo aplicativo Microsoft Teams, a partir das 14h.

[“Sindicalismo, Juventude e Diversidade”: MPT-SE vai discutir temas com jovens, empresas e sindicatos](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/11/2024

Como o jovem pode participar da atividade sindical? De que maneira essa atuação pode ser cada vez mais inclusiva e democrática? Essas são algumas perguntas que vão nortear dois eventos no Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE). Na próxima quinta-feira, 21 de novembro, a instituição realiza o encontro com o tema “Sindicalismo e Juventude”, com a participação de grêmios estudantis e centros acadêmicos.

[E-book sobre atuação mediadora do Nupia reforça vocação do MPT para autocomposição](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/11/2024

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Trabalho (NUPIA-MPT) lançou, 12.11, [e-book “Atuação Mediadora do NUPIA-MPT– Casos Concretos com aplicação do Protocolo de Mediação do MPT Observada a Perspectiva de Gênero”](#). A obra, organizada pela Coordenadora Nacional NUPIA-MPT, a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, tem o objetivo de incentivar a aplicação das melhores práticas e uniformizar a atuação de mediadoras e mediadores da instituição.

[MPT em Pernambuco instaura procedimento para investigar acidente de trabalho em desabamento de andaime](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/11/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco instaurou procedimento para investigação de desabamento de andaime em obra da construção civil, em um condomínio da Zona Sul do Recife, ocorrido ontem (13). Serão apurados os fatores que concorreram para o acidente, bem como o possível descumprimento de normas de prevenção e segurança ocupacional.

[MPT-MT promove palestra em Rondonópolis sobre racismo no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/11/2024

Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) promove, nesta terça-feira, dia 19 de novembro, com o apoio da Justiça do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB/MT), o ciclo de debates “Racismo no Trabalho: Combate à Discriminação e Promoção da Diversidade”. O evento ocorrerá no auditório da 1ª Subseção da OAB de Rondonópolis (a 218 km da capital), localizado na Rua Barão do Rio Branco, n. 2.650, Jardim Santa Marta, às 19h (horário local).

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[40° ENAFIT: Painel aponta desafios para diagnosticar e incluir neurodivergentes no mercado de trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/11/2024

O diagnóstico, a inclusão no mercado de trabalho e também o tratamento dos neurodivergentes são apresentados como um desafio para a família, empresa e Estado. Essas e outras colocações foram apresentadas pelos painelistas Fernando Akio Mariya, médico especialista em Medicina do Trabalho pela USP; Dayse Isabel Coelho Paraíso Belém, médica especialista em Transtorno do Espectro Autista; Janilda Guimarães de Lima, procuradora do Trabalho da PRT/18ª Região; Rogério Silva Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho e diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Rafael Faria Giguier, Auditor Fiscal do Trabalho e coordenador nacional de Inclusão de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). O encontro no auditório do Ritz Hotel da Anta, em Maceió (AL), teve a mediação do diretor do SINAIT Francisco Luís Lima.

[Artigo - O AFT e o Dia da Consciência Negra](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/11/2024

O Dia da Consciência Negra é cheio de significado, pois nos permite resgatar e valorizar a história do povo negro e sua luta pela liberdade no Brasil. Luta que permanece até hoje por espaço, por reconhecimento e por igualdade, sem os quais não há liberdade.

Notícias do e-Social

[Bloqueio de envio de período de apuração futuro no S-1210 e S-2501](#)

eSocial - 19/11/2024

Desde 24/10/2024 não é mais permitido o envio do evento S-1210 – Pagamentos de Rendimentos do Trabalho – e S-2501 – Informações de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista – com período de apuração {perApur} ou {perApurPgto} igual a 01/2025 ou posterior na versão S-1.2. O objetivo desse bloqueio é evitar o envio de informações na versão S-1.2 que não serão internalizadas pelo Extrator da DIRF para o ano-calendário 2025, tendo em vista que somente eventos S-2501 na versão S-1.3 serão internalizados pelo Extrator. A partir da versão S-1.3 – 02/12/2024 –, e somente nessa versão, será liberada novamente o envio de evento e S-2501 com período de apuração futuro para os eventos enviados a partir de janeiro/2025.

Outras Notícias

[Aplicação do duty to mitigate the loss na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 23/11/2024

O ordenamento jurídico trabalhista deve acompanhar de forma contínua a evolução das transformações sociais e econômicas, adaptando-se às novas demandas impostas pelo progresso da sociedade. Nesse sentido, devemos abrir debates relevantes e necessários para aprimoramento da justiça laboral, como a aplicabilidade do instituto anglo-saxão Duty to Mitigate the Loss (Dever de Mitigar o Dano).

[Incremento da licença-paternidade e desafio de não elevar ainda mais o Custo Brasil](#)

Consultor Jurídico - 23/11/2024

Por pressão legítima de entidades da sociedade civil organizada, a discussão sobre o aumento da licença-paternidade tem aumentado nos últimos anos. É difícil ser contra a ideia de que os pais possam participar mais ativamente do início da vida dos seus filhos, assumindo uma maior responsabilidade pelos seus cuidados.

[Stock options: a decisão do STJ e seus impactos no contrato de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 22/11/2024

Stock options são contratos que permitem que funcionários, executivos e prestadores de serviços comprem ações da empresa a um preço preestabelecido, chamado de preço de exercício. Esses planos de opção de compra de ações são frequentemente utilizados como forma de incentivar os colaboradores a contribuírem para o crescimento e o sucesso da empresa, criando um alinhamento de interesses entre a equipe e os acionistas.

[TST julga na segunda-feira a aplicação retroativa da reforma trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 22/11/2024

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho marcou para a próxima segunda-feira (25/11), a partir das 13h30, o julgamento que decidirá sobre a aplicação retroativa da reforma trabalhista, o chamado “direito intertemporal”. Trata-se de um dos julgamentos mais aguardados da corte, uma vez que será decidido se e como a reforma de 2017 pode afetar contratos anteriores à mudança legislativa.

[Relação de emprego: perdas e prioridades](#)

Consultor Jurídico - 22/11/2024

A discussão que tomou conta da mídia e que colocou em destaque a necessidade de que os trabalhadores empregados tivessem mais tempo para se dedicar à vida privada e ao lazer, traz reflexões relevantes em torno das novas dimensões da relação de emprego. Há rejeição ao atual tempo de trabalho normal, de 8 horas diárias e 44 semanais, considerado impeditivo para usufruir de qualidade de vida.

[TRT-2 autoriza penhora de imóvel não comprovado como bem de família](#)

Consultor Jurídico - 21/11/2024

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) negou, por unanimidade, o pedido para que um imóvel de propriedade de devedora trabalhista fosse protegido como bem de família. A empresária sustentou que a renda de aluguel era utilizada para pagar despesas de sua residência em outra localidade, mas não comprovou o alegado.

[A importância do debate sobre o fim da escala 6x1](#)

Consultor Jurídico - 21/11/2024

Neste mês, foi protocolada na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à constituição (PEC) com vistas a redefinir os limites de duração da jornada de trabalho no Brasil. O projeto, cuja autoria é da deputada Erika Hilton (PSL-SP), ganhou rapidamente ampla visibilidade no cenário nacional, tornando-se objeto de acalorado debate entre trabalhadores, políticos e o mundo jurídico.

[Trabalho em feriados e suas repercussões trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 21/11/2024

Quando o assunto é trabalho em feriados não é raro que haja certo ruído entre empresas e os seus respectivos empregados, afinal, nem sempre todos os estabelecimentos comerciais paralisam as suas atividades e conseguem conceder tais dias como se fossem de efetivo descanso. Mas o que pode ser feito nesses períodos para que seja possível manter a harmonia no ambiente laboral e o respeito aos direitos dos trabalhadores?

[Trabalhador em contato frequente com esgoto tem direito à insalubridade máxima](#)

Consultor Jurídico - 20/11/2024

Um agente de serviços operacionais da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) ganhou o direito de receber adicional de insalubridade em grau máximo. Ele trabalha com manutenção e conserto de redes de água e tem contato intermitente com redes de esgoto.

[Trabalhador discriminado por usar tranças afro deve ser indenizado](#)

Consultor Jurídico - 20/11/2024

O juiz Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, da 71ª Vara do Trabalho de São Paulo, reconheceu a rescisão indireta do contrato de um estoquista de uma rede de varejo vítima de discriminação por causa do penteado com tranças afro que usava. Considerando que a situação tornou-se insustentável, e atingiu a honra e a dignidade do profissional, a empresa foi condenada ao pagamento de R\$ 20 mil por danos morais, além de verbas rescisórias.

[STF vai reiniciar análise de culpa do governo por questões trabalhistas de terceirizadas](#)

Consultor Jurídico - 19/11/2024

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, pediu destaque, nesta segunda-feira (18/11), e interrompeu o julgamento de repercussão geral no qual o Plenário discute se a administração pública precisa provar sua falta de culpa na fiscalização de obrigações trabalhistas devidas a funcionários terceirizados.

[Proposta de redução da duração do trabalho: abrangência e efeitos](#)

Consultor Jurídico - 19/11/2024

Ganhou destaque a proposta de emenda à Constituição que tem como objetivo alterar o inciso XIII do artigo 7º da Constituição de 1988, passando a prever a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 36 horas semanais. Nos termos do artigo 58 da CLT, a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. Tendo em vista o direito ao descanso semanal de 24 horas consecutivas (artigo 67 da CLT), que deve ser remunerado (artigo 1º da Lei 605/1949), a duração do trabalho normal, anteriormente, era de 48 horas semanais.

[Empresa deve indenizar empregada PJ por negar licença-maternidade](#)

Consultor Jurídico - 19/11/2024

A 10ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte determinou o pagamento de indenização, por danos morais, no valor de R\$ 15 mil, a uma trabalhadora que teve impedido o direito à licença-maternidade. Segundo a autora, ela teve que retornar ao trabalho uma semana após o nascimento do filho, sem gozar da licença-maternidade, devido à ausência de registro na carteira de trabalho.

[Cotas de PcD e aprendizes devem ter empregados ativos como base de cálculo](#)

Consultor Jurídico - 18/11/2024

Com o entendimento de que as cotas em questão devem ser calculadas sobre o número de empregados ativos, excluindo-se, assim, aqueles que estão com contratos de trabalho suspensos, a juíza Maria Letícia Gonçalves, da 39ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, concedeu liminar proibindo a União de multar uma empresa de transporte coletivo por falta de cumprimento das cotas de pessoas com deficiência (PcD) e de jovens aprendizes. No pedido de liminar, a empresa de ônibus relatou que foi autuada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego por suposta falta de cumprimento das cotas de PcD e aprendizes.

[Jornada de quatro dias: riscos e benefícios](#)

Consultor Jurídico - 18/11/2024

A implementação de uma jornada de trabalho 4x3, no qual os funcionários trabalhariam quatro dias por semana e teriam três de descanso, tem ganhado cada vez mais atenção nas discussões sobre práticas laborais no Brasil. Essa proposta de mudança, que promete aumentar a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores, exige, por outro lado, um compromisso financeiro significativo por parte das empresas, já que muitas precisariam contratar mais mão de obra para manter o nível de operação, eis que, com a alteração do sistema 6x1 para 4x3, haveria redução de 33% da força de trabalho, com salários mantidos e aumento de custo ao empregador.

[TRT-11 valida geolocalização como prova trabalhista e manda rejulgar](#)

Migalhas - 19/11/2024

O TRT da 11ª região anulou a decisão de primeira instância que havia indeferido a produção de provas digitais em um processo trabalhista envolvendo um banco e uma trabalhadora. A decisão, proferida pela 1ª turma, reconheceu cerceamento de defesa e determinou o retorno do caso à vara de origem.

[Empregado com deficiência dispensado enquanto aguardava cirurgia será reintegrado](#)

Migalhas - 18/11/2024

O TRT da 2ª região decidiu pela reintegração de um empregado com deficiência física que foi demitido após retornar de um afastamento previdenciário por motivos de saúde. A 1ª turma do Tribunal considerou a dispensa discriminatória e determinou o pagamento dos salários e demais direitos contratuais, além de uma indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil. A decisão reforma sentença anterior que não reconheceu gravidade, estigma ou preconceito na patologia do reclamante.

[TRT-2: Laudo bem fundamentado de perito judicial prevalece ao do INSS](#)

Migalhas - 18/11/2024

A 1ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que afastou a existência de doença ocupacional em ação movida por um operador de montagem. O colegiado rejeitou os pedidos do trabalhador, que buscava estabilidade acidentária, indenização por

danos morais e materiais, retomada do custeio do plano de saúde e reembolso de despesas médicas.

[Empresa indenizará trabalhadora chamada de “camarão” e “neguinha”](#)

Migalhas - 18/11/2024

O juiz do Trabalho Ricardo Gurgel Noronha, na época em que atuou na 6ª vara de Betim/MG, condenou empresa a pagar R\$ 10 mil por danos morais a uma empregada que sofreu assédio moral ao ser chamada por dois encarregados de “equipe camarões”, em referência à cor da pele, e de “burra”. A trabalhadora também obteve o reconhecimento da rescisão indireta do contrato, obrigando o empregador a pagar as verbas rescisórias como se ela tivesse sido dispensada sem justa causa.

[Rio aprova lei para proteger e reintegrar vítimas de trabalho escravo](#)

Revista Proteção - 22/11/2024

Uma lei publicada nesta quinta-feira (21) no Diário Oficial do Rio de Janeiro autoriza o governo estadual a prover acolhimento institucional para vítimas de trabalho em condição análoga à escravidão. As iniciativas do Executivo podem envolver assistência social, saúde e habitação de forma direta, ou ocorrer por meio de parcerias público-privadas. A Lei 10.575/24 é de autoria da deputada Marina do MST (PT). As medidas previstas incluem a implementação de atendimento assistencial, o fortalecimento de vínculos sociofamiliares e o acesso a benefícios socioassistenciais e cuidados de saúde, como atendimento médico, odontológico e psicológico, oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

[OIT lançará novo relatório sobre tendências salariais globais e desigualdades](#)

Organização Internacional do Trabalho - 22/11/2024

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentará a mais recente edição do seu Relatório Global sobre Salários na quinta-feira, 28 de novembro de 2024. O Relatório Global Wage Report 2024-25: Is wage inequality decreasing globally? oferece uma análise detalhada das tendências salariais em todo o mundo e em diferentes regiões, destacando as mudanças na desigualdade salarial e no crescimento dos salários reais. Explora os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores e

trabalhadoras em todo o mundo e analisa as diferenças de renda entre e dentro dos países.

[Diretor-geral da OIT saúda apoio do G20 à justiça social, erradicação da pobreza e redução das desigualdades](#)

Organização Internacional do Trabalho - 21/11/2024

O diretor-geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, saudou as lideranças do G20 por reconhecerem a necessidade de justiça social e trabalho decente para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao discursar durante sua participação na Cúpula de Líderes do G20 no Rio de Janeiro, Houngbo também anunciou que a OIT se juntaria à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza do G20, uma iniciativa lançada na Cúpula do Brasil.

[A Gestão de Riscos Ocupacionais nas empresas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/11/2024

O Conceito da gestão de riscos é uma abordagem sistemática que busca identificar, avaliar e mitigar os riscos potenciais que podem afetar negativamente uma organização, seus ativos, colaboradores e operações. Na fase de revisão da NR 01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, foi realizada a harmonização com conceitos estabelecidos nas demais Normas Regulamentadoras, Convenções da OIT e Norma de Gestão ISO 45001, bem como reposicionamento de dispositivos esparsos previstos em outras NR com relação aos direitos e obrigações.

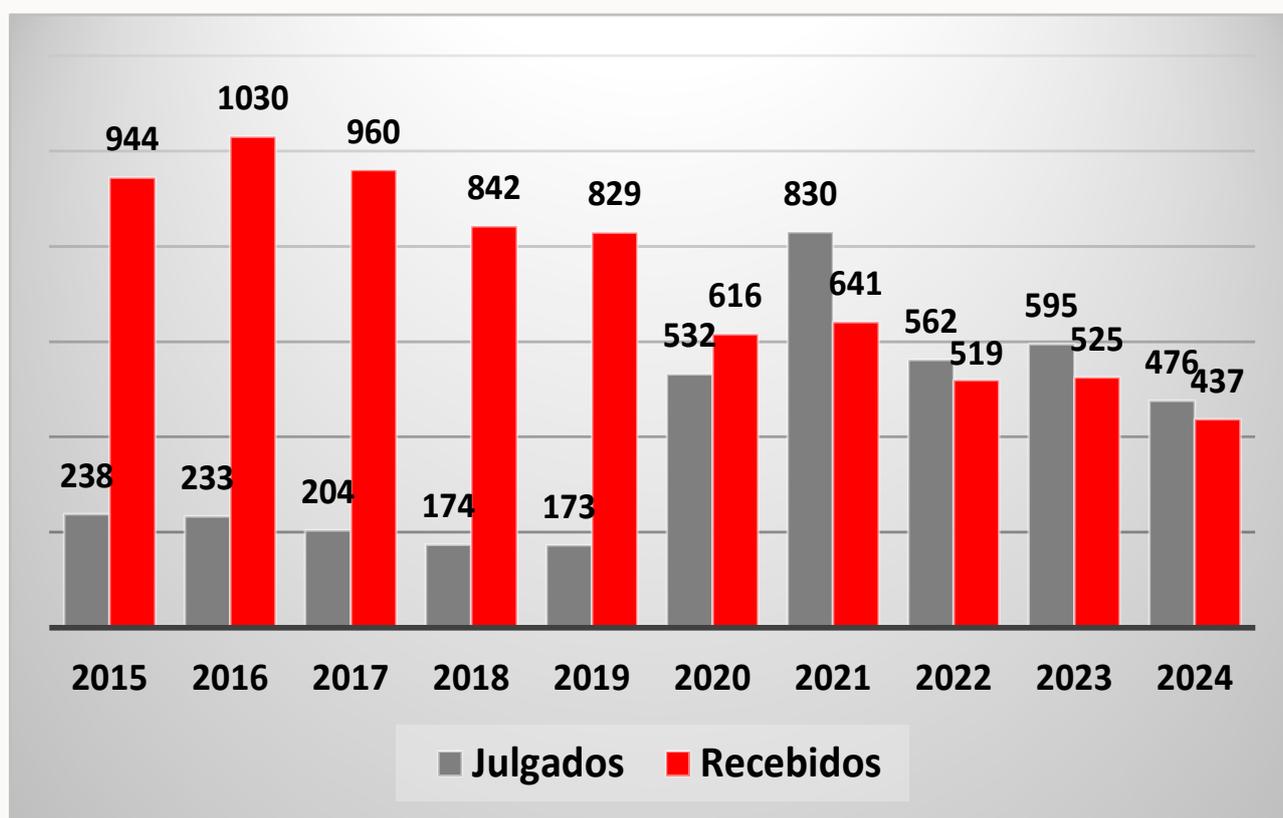
Atos Normativos

[PORTARIA MTE Nº 1.919, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024](#) (DOU de 18/11/2024 Seção I Pág. 118) - Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para avaliação de desempenho individual e institucional para efeito de atribuição da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE, no âmbito de unidades organizacionais do Ministério do Trabalho e Emprego.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2015 a 2024 (Outubro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula